

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Luta de classes na internet – novas formas digitais de ação política das frações de classe burguesa.			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Daniilo Spinola Caruso	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	Professor efetivo
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Este artigo analisa as mais recentes formas de ação política do grande capital internacional na Internet, através de governos e empresas de mídia e tecnologia digital. Mais especificamente, procuramos denunciar as formas <i>digitais</i> de intervenção do grande capital internacional nos grandes levantes populares recentes, inaugurados pela “Primavera Árabe”. Analisamos os mecanismos governamentais e empresariais de controle sobre as principais ferramentas da Internet, tais como as ferramentas de busca e as redes sociais. Tais mecanismos de controle são capazes não só de rastrear e espionar usuários, como também de propor novas pautas em movimentos mobilizados pela Internet, de modo a disputar a direção política dos mesmos e, dessa maneira, promover mudanças que favoreçam os interesses do grande capital internacional. Finalmente, apresentamos um estudo de caso e levantamos questões importantes para um grande – e necessário – debate sobre as possíveis consequências da aplicação, em larga escala, das novas tecnologias de transmissão de dados em massa.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Internet – hegemonia – Venezuela			
ABSTRACT			
This article analyzes the most recent forms of political action of the big imperialist capital on the Internet, through governments and digital media companies. More specifically, we report the digital forms of intervention of big international capital in large recent popular uprisings, inaugurated by the "Arab Spring." We analyzed the mechanisms of government and corporate control of the main tools of the Internet, such as search engines and social networks. Such control mechanisms are able not only to track and spy on users, but also to propose new guidelines on movements mobilized the Internet, in order to compete in the political direction of the same and, thus, promote changes that favor the interests of big international capital. Finally, we present a case study and raise important issues for a large - and necessary - debate about the possible consequences of implementing large-scale, new technologies for transmitting bulk data.			
KEYWORDS			
Internet - hegemony – Venezuela			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

INTRODUÇÃO

Nos EUA, as formas associativas dos grupos dominantes assumem maior abrangência, dada a posição central deste país no sistema capitalista. Suas ações abarcam todas as funções básicas dos aparelhos privados de hegemonia, conforme pensados por Antonio Gramsci – ou seja, elas cumprem o papel de difundir a hegemonia dos grupos dominantes, dando organicidade a seus projetos de classe, traduzindo-os como expressão do “interesse nacional” e permitindo, dessa maneira, o controle sobre o Estado *stricto sensu* (por Gramsci denominado *sociedade política*) e o *domínio* sobre as classes subalternas; além disso, essas formas organizativas servem também como *locus* em que se resolvem e se equilibram as disputas entre as frações de classe aliadas, visando

concretizar uma *direção* política (dada por uma dessas frações) para o conjunto de todas elas. Contudo, no caso dos EUA, não se trata apenas de disputas pelo controle do Estado e pela hegemonia na política interna. Em virtude do grau de *transnacionalização* do grande capital estadunidense, a direção e domínio exercidos por seus grupos dominantes precisam ser globais, e por isso a *elite orgânica*¹ deste país atua necessariamente em todo o planeta, seja por meio de aparelhos privados ou de agências de Estado.

Por esta razão, os grupos dominantes dos EUA, ao longo de sua história, criaram diferentes organismos voltados especificamente para a política externa. Alguns desses organismos apresentam-se perante o mundo como “organizações internacionais”, embora, na prática, sejam controlados pelo Departamento de Estado dos EUA, e funcionem como instrumentos de defesa dos interesses do grande capital internacional – é o caso, por exemplo, das instituições criadas no pós-Segunda Guerra Mundial, como parte dos Acordos de Breton Woods (como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional)². Há também os órgãos diplomáticos e a Central de Inteligência dos EUA (CIA) – sendo que esta última, embora formalmente seja um órgão estatal, na prática funciona de forma praticamente independente em relação às demais instituições da sociedade política, sendo quase diretamente controlada pelo complexo industrial-militar estadunidense, sem nenhuma regulação pública.

Finalmente, há também as fundações e organizações privadas da sociedade civil, que, no caso dos EUA, possuem um longo e variado histórico de intervenção na política interna de outros países, mormente com base em justificativas vagas como a promoção da “democracia”, do “livre mercado”, do “desenvolvimento” ou dos “direitos humanos”. Os verdadeiros interesses a que essas organizações respondem, contudo, tornam-se claros quando se analisam as ligações existentes entre elas e o grande capital, tanto através de financiamentos quanto da participação, no controle dessas organizações, de *intelectuais orgânicos* (GRAMSCI, 1995) oriundos do meio empresarial. Trata-se, portanto, de defender os interesses estratégicos dos EUA e do grande capital internacional associado ao seu domínio imperial.

Ao longo deste trabalho, citaremos alguns dos mais atuantes aparelhos privados de hegemonia estadunidenses nos dias de hoje. Entretanto, nosso objetivo é focalizar um tipo específico e novo de organização, ligado a empresas de tecnologia e à Agência Nacional de Defesa dos EUA (*National Security Agency* – NSA). Trata-se de organizações que se utilizam da Internet e das redes sociais para, conforme o caso, fomentar movimentos contestatórios ao redor do mundo ou

¹ Por *elite orgânica*, nos referimos aos “agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe”, conforme definidos em DREIFUSS, 1987, 24)

² Sobre a classificação dos organismos internacionais como aparelhos privados de hegemonia globais, sob a liderança dos EUA, ver NEVES (2005), DREIFUSS (1987), MÉZSÁROS (2011) e DINIZ (2004)

intervir em movimentos já existentes, visando dar-lhes uma direção política específica ou diluir seu potencial contestatório.

Para entender a origem e o *modus operandi* dessas organizações, é preciso primeiro compreender como funcionam as novas formas de comunicação de massa permitidas pela *World Wide Web*, e por que elas representam um importantíssimo espaço para a luta de classes e a disputa pela hegemonia. Em seguida, apresentaremos um estudo de caso que exemplifica as hipóteses e os problemas que levantamos aqui. Por fim, encerraremos com nossas perspectivas para o movimento histórico ulterior destas disputas.

PARTE 1 – HEGEMONIA E INTERNET

A internet e o mass self-communication

Antes da Internet, a comunicação de massa nas sociedades industriais era baseada em uma distribuição massiva, centralizada, verticalizada e unidirecional de informações. Este tipo de comunicação de massa – *de um para muitos* – caracteriza toda a mídia tradicional, desde os grandes jornais impressos até os canais de radiodifusão. Ao longo do tempo, processos intensos de monopolização e fusão de empresas fizeram com que praticamente todo o mercado dessas mídias fosse dominado por poucos conglomerados midiáticos.³ As novas tecnologias de informação permitiram uma mudança neste cenário, a partir da implantação de redes digitais de troca de informação massiva. Surgiu assim um novo sistema de comunicação de massa – *de muitos para muitos* – que apresenta caráter menos centralizado, mais horizontal e multidirecional. É o que autores como Manuel Castells denominam *mass self-communication* (CASTELLS, 2009).

A aparente horizontalidade dessas novas formas de comunicação leva o senso-comum a supor que o fluxo de dados na Internet é totalmente espontâneo e “anárquico”. Essa noção é pressuposta por muitos movimentos sociais que, através de redes de relacionamento virtual – como o *facebook* e o *twitter* – se articulam sem a mediação de formas tradicionais de organização política, como os partidos políticos, os sindicatos e os movimentos sociais tradicionais. Em 2011, o Coletivo Desentorpecendo a Razão (Coletivo DAR), responsável pela convocação da Marcha da Liberdade, em São Paulo, publicou um texto na internet que resume bem uma visão comum a esses movimentos: “Não somos uma organização. Não somos um partido. Não somos virtuais. Somos

³ Sobre os processos de oligopolização das empresas de mídia, ver MORAES (2003).

REAIS. Uma rede feita por gente de carne e osso. Organizados de forma horizontal, autônoma, livre”⁴.

As ideias de liberdade, horizontalidade e autonomia, pregadas por estes movimentos, precisam ser relativizadas, tendo em vista o funcionamento global da Grande Rede. Primeiramente, é preciso questionar a suposta “independência” da comunicação e mobilização realizada através da Internet. Muitas vezes, protestos convocados por redes sociais só ganham maior vulto após serem noticiados pelos grandes conglomerados midiáticos; assim, torna-se difícil quantificar qual a porcentagem de participantes que realmente se mobilizou através das redes, e quantos o fizeram por influência da mídia tradicional ou de ambos.

É preciso ressaltar a interação entre as empresas de tecnologia da Internet e as empresas de comunicação de massa, que acaba influenciando o fluxo de informação da rede (JENKINS, 2008). Esta interação pode ser constatada nos protestos recentes ocorridos no Brasil, a partir de junho de 2013. Segundo reportagem publicada pela Folha de São Paulo, entre os 600 links mais populares compartilhados pelo *twitter*, ao longo do mês de junho, 80% correspondiam a reportagens dos meios de comunicação de massa tradicionais; durante o mesmo período, no *Facebook*, os posts e comentários sobre reportagens da grande mídia triplicaram. É o caso de se perguntar se as novas tecnologias, na prática, não estão multiplicando o alcance dos meios de comunicação tradicionais, ao invés de competir com eles (a Folha de São Paulo, por exemplo, tem 835 mil seguidores no *twitter*, e 1,7 milhão de usuários que “curtem” sua página no *Facebook*).⁵

Há ainda outro fator fundamental: ao contrário do que muitos pensam, tanto o *Google* quanto *Facebook* possuem filtros que cuidadosamente delimitam para seus usuários o universo observável da Internet. A princípio, tais filtros existem para oferecer ao usuário o que ele provavelmente está procurando, com base no cruzamento de seus dados pessoais e de seu histórico de navegação; contudo, mais uma vez, percebe-se a influência dos meios de comunicação tradicionais: quando um assunto qualquer é digitado no *Google*, por exemplo, os primeiros endereços eletrônicos que surgem correspondem, quase sempre, a páginas alocadas em portais das

⁴ A Marcha da Liberdade foi um protesto em defesa da liberdade de expressão e de manifestação. Convocado em 18/06/2011, em diversas cidades do Brasil, a Marcha surgiu como reação à proibição, em maio daquele ano, da realização de outra já tradicional manifestação de massas em São Paulo: a Marcha da Maconha (que defende a descriminalização da *cannabis sativa*). Ver em <http://enecos.org/manifesto-da-marchadaliberdade/> (acessado em 3 de junho de 2013)

⁵ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305911-jornalismo-domina-rede-social-durante-protestos-pelo-pais.shtml> (acessado em 28 de julho de 2013). A reportagem, publicada em 4 de julho de 2013, se vale de uma pesquisa encomendada à *topsy.com* e *SocialBakers*. Deve-se frisar os limites da metodologia utilizada, que se concentrou apenas nos 600 links mais compartilhados do *twitter*; dentre esses, 37% correspondiam a sites de jornais; 32% aos grandes portais midiáticos (como o Terra e o UOL); 11% a sites de revistas; 14% à mídia internacional e somente 5% a blogs.

grandes empresas de mídia.⁶ Além disso, é necessário ressaltar que há casos em que as empresas de tecnologia adotaram explícita censura a certos usuários das redes sociais.⁷

Mas não é só. O verdadeiro funcionamento da Internet esconde relações de poder e mecanismos de controle diversos, que medeiam o fluxo de dados na rede de forma muito mais efetiva do que supõe o senso comum. Para compreender como isso ocorre, é necessário analisar mais a fundo a origem e o funcionamento da Internet.

Estado, capital e desenvolvimento tecnológico

Ao contrário do que supõe o senso-comum, o desenvolvimento tecnológico não ocorre em função de uma lógica intrínseca, autossustentável e independente das relações sociais. Não são as novas tecnologias, supostamente surgidas de forma “natural” e “inevitável”, que determinam mudanças políticas ou econômicas na sociedade. Ao contrário: *são as relações de poder – e, principalmente, os interesses de classe – que determinam o surgimento de quase todas as novas tecnologias*, que então são implantadas para responder a imperativos econômicos e/ou políticos específicos.

Assim se deu, por exemplo, no contexto da chamada “Segunda Revolução Industrial”, ocorrida em fins do século XIX. As tecnologias desenvolvidas naquele período responderam à necessidade do capital de romper com certas limitações que, à época, impediam o “salto” na acumulação e concentração de capitais, que daria origem ao capital monopolista. Eram necessárias fábricas maiores, cidades maiores e maior velocidade e volume na circulação de mercadorias. Novas tecnologias de transporte, comunicação e energia – tais como o telégrafo, a energia elétrica, a expansão das ferrovias, a utilização do petróleo, etc – foram então desenvolvidas para responder às necessidades das novas plantas industriais gigantescas e das correspondentes megalópoles ao seu redor.

⁶ Teoricamente, isso acontece porque essas empresas gastam fortunas em marketing de SEO – ou *Search Engine Optimization*, que é a otimização de uma página para que ela seja reconhecida pelas ferramentas de busca e disponibilizada entre os primeiros resultados. Contudo, a verdade é que os sítios de busca da Internet guardam a sete chaves os fatores que levam determinados resultados a aparecerem antes de outros; além disso, as ferramentas de busca atingem apenas uma ínfima parte do conteúdo total da Internet. Em 2010, o blog TheRoxor divulgou uma pesquisa sobre o tamanho da Internet, na qual constou a informação de que o Google possui apenas 0,004% das páginas da Internet indexadas em seu algoritmo de busca (ver em <http://espiralinterativa.com/o-tamanho-da-internet/> - acessado em 15 de agosto de 2013).

⁷ Limitando-nos a apenas alguns casos recentes, podemos citar a censura do Facebook a eventos em defesa da Palestina (ver <http://outraspalavras.net/posts/outra-intifada-e-possivel/> – acessado em 08 de julho de 2013) ou do WikiLeaks (ver <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2010/12/twitter-e-facebook-tiram-paginas-de-grupo-hacker-pro-wikileaks-do-ar.html> – acessado em 8 de julho de 2013). No caso do Wikileaks, a censura tomou maiores vultos, quando as empresas de cartão de crédito passaram a bloquear as doações feitas à organização (ver em <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/wikileaks-vence-batalha-contra-visa-e-mastercard> - acessado em 15 de agosto de 2013).

O mesmo ocorreu nas últimas décadas do século XX, por ocasião da chamada “Terceira Revolução Industrial”, na qual se destacaram os avanços na microeletrônica, na transmissão digital de dados e no aprofundamento da automação de processos industriais. José Menelau Neto lembra que só na fase final do fordismo, quando se tornou imperativo responder às resistências dos trabalhadores, é que se tornou significativo o investimento em tecnologias poupadoras de força de trabalho (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 1998, 79). Ou seja, tais tecnologias surgiram em função dos interesses do capital em aumentar o exército industrial de reserva e, conseqüentemente, enfraquecer os sindicatos (contrariando as políticas de pleno emprego que, nos países centrais, vinham até então sendo empregadas). Para tanto, foram desenvolvidas tecnologias que permitiram novas modalidades automatizadas e gerenciais, redundando em maior controle sobre o processo produtivo por parte do capital, em detrimento dos trabalhadores organizados. Na nova correlação de forças que se estabeleceu, foi possível precarizar o trabalho e “flexibilizar” o processo produtivo, de modo a oferecer ao mercado uma gama mais variada de mercadorias.

A interferência de interesses político e econômicos no desenvolvimento tecnológico torna-se ainda mais evidente quando se percebe que, nos dias de hoje, o aporte financeiro para a criação de novas tecnologias é obtido principalmente através do Estado *stricto sensu* ou sociedade política. Aqui, faz-se necessário diferenciar o desenvolvimento de uma nova *aplicação tecnológica* do desenvolvimento de uma *nova tecnologia*: o primeiro é relativamente mais simples, envolvendo custos e riscos muito menores; já o segundo envolve investimentos altíssimos em P&D, sem que se tenha garantia de retorno. Por esta razão, quase sempre cabe à sociedade política o desenvolvimento de novas tecnologias, que depois são repassadas para empresas que exploram *apenas sua aplicabilidade*. As ditas “empresas de tecnologia” (como a IBM, Xerox, HP, AT&T, Microsoft, Dell, etc.) beneficiam-se duplamente: primeiro, através do financiamento da fase de P&D, canalizada por orçamento militar e/ou de pesquisa; e depois, quando aplicam no mercado as tecnologias desenvolvidas no âmbito do Estado.

Foi exatamente o que ocorreu com a Internet. Ela foi desenvolvida nos laboratórios do *Advanced Research Project Agency* (ARPA), órgão ligado ao NSA, para responder a uma necessidade militar bastante específica: encontrar formas mais rápidas e seguras de armazenamento e processamento de dados, através de sistemas em rede descentralizados. O desenvolvimento do hardware e dos softwares necessários ao funcionamento dessas redes foi financiado por dinheiro público estadunidense, canalizado principalmente através do Pentágono. Só posteriormente, sob supervisão do governo dos EUA (e de outros países que desenvolviam redes semelhantes, como Inglaterra e França), articularam-se universidades e empresas que permitiram a expansão da rede e sua utilização comercial, dando origem à Internet tal como hoje conhecemos.

Castells lembra que nem todos os “nós” da internet são idênticos, e que alguns deles – denominados como *hubs*, *switchers* e *gatekeepers* (CASTELLS, 2009) – são particularmente relevantes para o fluxo de informações, e seu controle possibilita uma influência assimétrica no conjunto da rede (afetando, por exemplo, as informações passíveis de serem acessadas e transmitidas por quaisquer ferramentas de busca ou rede social). De fato, a estrutura física da Internet – formada por grandes servidores, roteadores, *datacenters*, cabos de fibra ótica e satélites – é controlada por empresas e agências governamentais, especialmente estadunidenses. Por exemplo: todos os endereços de domínio da Internet são controlados por apenas 13 *Root Name Servers* (dos quais 10 funcionam nos EUA, operados por agências governamentais), e boa parte das informações disponíveis na Internet está fisicamente armazenada em alguns poucos – e gigantescos – *datacenters*, controlados por empresas líderes da Internet (como Google, Apple, Microsoft e Facebook). Além disso, o hardware utilizado nesses centros de armazenamento de dados também é fornecido por algumas poucas empresas, como a Dell e a HP. Como lembra Julian Assange, um dos fundadores do Wikileaks,

A infraestrutura da internet direciona a maior parte do tráfego que entra e sai da América do Sul por linhas de fibra óptica que cruzam fisicamente as fronteiras dos Estados Unidos. O governo norte-americano tem violado sem nenhum escrúpulo as próprias leis para mobilizar essas linhas e espionar seus cidadãos. E não há leis contra espionar cidadãos estrangeiros. Todos os dias, centenas de milhões de mensagens vindas de todo o continente latino-americano são devoradas por órgãos de espionagem norte-americanos e armazenadas para sempre em depósitos do tamanho de cidades. (ASSANGE, 2013, 18)

De sorte que nunca houve, portanto, uma Internet “livre”, “independente” ou “neutra” em relação aos Estados e empresas. É evidente que o controle sobre o *mass self-communication* é absolutamente crucial para a defesa dos interesses militares, econômicos e políticos dos Estados Unidos e do grande capital em geral. Por isso, é de uma ingenuidade atroz supor que a maior potência imperial da história – que, segundo fontes oficiais, gasta mais de meio trilhão de dólares por ano com seu Departamento de Defesa⁸ – poderia estar alheia ao funcionamento das novas tecnologias de informação e, principalmente, ao potencial de mobilização social permitido por elas.

As recentes denúncias sobre o PRISM apenas confirmam este fato. O PRISM constitui um gigantesco sistema de vigilância e quebra de privacidade, levado a cabo por agências governamentais estadunidenses em conjunto com empresas privadas, que atingiu cidadãos de diferentes países e foi responsável pela invasão de milhões de contas de e-mail, registros de navegação, escutas telefônicas, etc. Segundo o próprio governo dos EUA, o PRISM monitora padrões de uso da Internet a partir dos quais possam ser detectadas supostas ameaças à segurança nacional dos EUA. Tal monitoramento não se dá apenas a partir da ação direta do governo:

⁸ O orçamento do departamento de defesa dos EUA, em 2010, foi de US\$ 533 bilhões. Ver em <http://www.defense.gov/releases/release.aspx?releaseid=12652> (acessado em 01 de julho de 2013)

atualmente, cerca de 1.930 empresas prestam serviço a NSA, em programas relacionados à contraterrorismo, espionagem e inteligência. Convém lembrar que os documentos sobre o PRISM, tornados públicos pelo ex-agente da CIA Edward Snowden, foram obtidos enquanto ele trabalhava para a firma de consultoria Booz Allen Hamilton – ou seja, o vazamento de informações não está disponível apenas para o governos, mas eventualmente para todo um conjunto de empresas.⁹

Essa tecnologia de rastreamento de padrões de uso na Internet, desenvolvida inicialmente para fins militares e de espionagem, já vem sendo repassada para a iniciativa privada e explorada com fins comerciais. Empresas como Oracle Exadata, SAP Hana e IBM Netezza se especializam em aplicações de prospecção de dados (*data mining*) em redes sociais como o Facebook, que oferecem “portas de entrada” para seus dados através de interfaces técnicas de programação denominadas *Open Social*. O cruzamento semântico de dados (como *posts*, comentários, e-mails, *hashtags* do *twitter* ou mesmo fotos e vídeos) é sistematizado por sofisticados algoritmos, sendo depois oferecido aos clientes das empresas de data-mining. O quadro torna-se ainda mais complexo quando percebemos que é cada vez mais comum o processamento de dados em sistemas do tipo “nuvem” (*cloud computing*), onde os arquivos não ficam armazenados nos discos rígidos pessoais dos usuários, mas sim na própria Internet (isto é, em computadores e servidores controlados pelas empresas de tecnologia). No contexto atual, nada garante – a não ser a propaganda & marketing das empresas de tecnologia – que esses arquivos estarão sempre invioláveis e sempre passíveis de serem recuperados.

O fato é que, ao que tudo indica, caminhamos para um mundo onde também o direito à privacidade será expropriado, se tornando privilégio de poucos. Trata-se de uma expropriação de novo tipo, que incide sobre todos os indivíduos, empresas e/ou Estados que, de uma forma ou de outra, estão conectados à Internet. Na prática, apenas uma pequena elite poderá se comunicar, fazer transações comerciais, negócios, articulação política ou até mesmo ter suas relações pessoais sem ser vigiada ou catalogada em algum algoritmo de rastreamento de padrões da Internet.¹⁰

É em reação a essa tendência que surgiu o *hackerativismo*. O termo refere-se aos *hackers*: grupos que, usando sofisticados protocolos de encriptação de dados, conseguem navegar na Internet sem serem detectados pelos mecanismos de controle existentes na rede. Mais ainda: através dessas formas de navegação, esses grupos conseguem acesso a informações que, de outra maneira, são invisíveis aos usuários comuns. Alguns desses grupos de ativistas utilizam essa habilidade para colher e divulgar informações sobre governos ou empresas, expondo as estratégias e ações políticas

⁹ Sobre o PRISM, ver Os olhos do grande irmão IN: *Carta Capital*, ed. 753, 14 a 20 de junho de 2013.

¹⁰ A expropriação da privacidade na Internet pode ser pensada como um tipo de *expropriação secundária*, que abre novos mercados para o capital – especialmente a venda de softwares e hardwares de encriptação de dados, além da venda das informações sobre os acessos dos usuários. Sobre o conceito de *expropriações secundárias*, ver FONTES, 2010, 54.

utilizadas pelo capital e seus aparelhos privados de hegemonia ao redor do mundo. O caso mais famoso é o Wikileaks: uma organização que combina tecnologia e jornalismo, oferecendo formas novas e relativamente mais seguras para o vazamento e divulgação de informações pela Internet. Atualmente, a importância desse tipo de ativismo torna-se explícita, pela reação truculenta do governo e das empresas dos EUA contra o Wikileaks e outros grupos *hackerativistas*.

Paralelamente, o Departamento de Estado dos EUA, atento às possibilidades de mobilização social tornadas possíveis pela Internet, desenvolve outros mecanismos de intervenção, voltados para influenciar movimentos sociais convocados através da *mass self-communication*. É neste contexto que surgem iniciativas como a *Alliance of Youth Movements* e o *Movements.org*.

A Alliance of Youth Movements e o Movements.org

Em dezembro de 2008, na cidade de Nova York, o Departamento de Estado dos EUA promoveu a *Alliance for Youth Movements* (AYM) – uma conferência de cúpula com representantes de grandes empresas de mídia e tecnologia digital de informação. Estavam presentes a Facebook, Howcast, MTV, Google, Youtube, AT&T, JetBlue, Gen-Next, Access 360 Media, ABC, Fortune Magazine, MSNBC, CNN, Webmedia Group, dentre outras.¹¹ Além dessas empresas, também participaram da conferência organizações como a Hoover institution¹², a Freedom House¹³ e a Faculdade de Direito de Columbia.

O objetivo do encontro – no esteio da vitória de Barack Obama nas eleições daquele ano – era oficializar o lançamento de um grande projeto de “capacitação” de jovens para o ativismo na Internet. Para tanto, foram convocados vários movimentos sociais, de diferentes países, que apresentavam no uso da Internet um aspecto central de sua organização. A tabela a seguir mostra os movimentos convidados para a primeira conferência da AYM, conforme documento publicado em 2008 (ver ALLIANCE OF YOUTH MOVEMENTS, 2008):

País	Movimento ativista	Características
Colômbia	Un Millon De Voces Contra Las FARC	Grupo do facebook , fundado por Oscar Morales, em 2008, responsável pela organização de marchas de protesto contra

¹¹ Sobre os participantes da conferência, ver ALLIANCE OF YOUTH MOVEMENTS. *Summit 2008*, New York City, Howcast, 2008.

¹² O Hoover Institute é um *think-tank* da Universidade de Stanford, especializado em política externa. Segundo seu próprio sítio na Internet (numa tradução livre), figura entre as missões da instituição a “salvaguarda do sistema americano” (ver <http://www.hoover.org/about/mission-statement> - Acessado em 23 de julho de 2013).

¹³ A Freedom House é uma conhecida organização conservadora estadunidense, ligada ao Partido Republicano. Entre seus diversos patrocinadores, destacamos o Banco Mundial, o Departamento de Estado dos EUA, o Ministério de Negócios Estrangeiros da Holanda, a Open Society Foudation (do mega especulador George Soros), além de empresas como Visa Inc., Walt Disney Company, Google, Facebook, Lockheed Martin, Yahoo, Caterpillar Inc, dentre muitos outros. (ver em <http://www.freedomhouse.org/content/our-supporters> - acessado em 23 de julho de 2013)

		as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbina - FARC.
Turquia	Genç Siviller (“Jovens Civis”)	Grupo de facebook com mais de 2 milhões de jovens de diferentes tendências – mas que, segundo a descrição do sumário, se voltam para o estabelecimento de uma “democracia liberal” na Turquia.
Sudão ¹⁴	Save Darfur Coalition	Coletivo de mais de 180 organizações, fundado em 2004, no contexto da crise separatista do país.
	Genocide Intervention Network	Organização voltada para combater os genocídios no Sudão (já tendo atuado também em Ruanda).
Uganda	Invisible Children	Rede de movimentos estudantis em defesa das crianças ugandesas.
México	Illuminemos México	Movimento contra “a violência” e a “insegurança”, criado por empresários mexicanos.
Líbano	Youth for Tolerance	Organização não governamental voltada para promover uma “cultura de tolerância” no país.
África do Sul	One Million Voices Against Crime in South Africa	Movimento empresarial, contra a “violência”.
Myanmar	Burma Global Action Network	Organizado pelo movimento <i>Support the Monks</i> (“Apoiar os Monges”), defende a democracia e os direitos humanos em Myanmar.
Venezuela	No Mas Chávez	Inspirado na organização No Más FARC (que originou o movimento Un Millon De Voces Contra Las FARC, já citado), este movimento busca organizar protestos contra “a opressão de Chávez contra seu povo”. Atua em diferentes países
Cuba	Cuba Development Initiative	Movimento fundado em Washington, voltado para fortalecer a “sociedade civil” cubana, o “ativismo cívico”, os “valores democráticos” e o uso de tecnologia para o acesso à informação.
	Raices de Esperanza	Organização “apartidária” e “sem fins lucrativos”, voltada para promover uma sociedade cubana pluralista e democrática, através da ação em redes estudantis de cubanos-estadunidenses.

Na prática, os diferentes convidados discutiram abertamente, no encontro, como as novas tecnologias poderiam ser utilizadas por estes movimentos para catalisar mudanças políticas ao redor do mundo – ou seja, como o Departamento de Estado dos EUA, em aliança com as empresas de tecnologia digital, poderiam utilizar o *mass self-communication* para atuar em conjunto com movimentos sociais de outros países – tais como Colômbia, Turquia, Sudão, Cuba, Líbano, Venezuela, dentre outros.

A se levar em consideração os principais palestrantes da conferência, tudo leva a crer que a proposta de ativismo digital da AYM nasceu na própria campanha de Barak Obama à presidência dos EUA – que se destacou justamente pelo apelo aos jovens e às redes de *mass self-communication*. Três assessores da campanha de Obama destacaram-se entre os oradores do evento: Joe Rospars, estrategista digital do comitê de campanha e criador da Blue State Digital; Scott Goodstein, diretor

¹⁴ À época, ainda não havia ocorrido a guerra separatista que resultou na fragmentação do país, com a formação do Sudão do Sul (2011).

da campanha de Obama e fundador da Revolution Messaging¹⁵; e Sam Graham-Felson, diretor de blogging para a campanha Obama 2008. Também participaram Sherif Mansour, da Freedom House; Shaarik Zafar, assessor do Departamento de Segurança Interior dos Estados Unidos (Homeland Security), além de outros altos funcionários do Departamento de Estado.

Dessa conferência nasceria o Movements.org, uma organização patrocinada por empresas de mídia e tecnologia.¹⁶ O Movements.org apresenta-se como “facilitador” de protestos em prol da “democracia” e dos “direitos humanos”, oferecendo um portal na Internet com contatos, recursos e know-how em tecnologia de informação. Traduzindo livremente sua missão, conforme consta no referido portal, teríamos:

Direitos humanos são universais. Nossa visão é um mundo onde a tecnologia fará a luta por direitos humanos universal também. (...) Estamos descobrindo maneiras inovadoras de usar a Internet, mídias sociais, telefones celulares, e muito mais para canalizar o poder das pessoas ao redor do mundo para se juntar à luta e aproveitar suas chances. Ao longo do caminho, estaremos trazendo novos parceiros, experimentando novas abordagens e compartilhando o que aprendemos com os ativistas ao redor do mundo. Junte-se a nós, e vamos fazer acontecer.¹⁷

Para que se tenha uma ideia da relevância desta iniciativa para a Casa Branca, basta dizer que, na segunda conferência da AYM (ocorrida na Cidade do México, entre os dias 15 e 16 de outubro de 2009), uma das oradoras foi a própria Secretária de Estado do governo Obama, Hillary Clinton, que discursou para os presentes em vídeo; outra conferência foi realizada em 2010, sempre agregando novas organizações. Em comum, o discurso da luta pela “democracia” e pelos “direitos humanos” – que, na verdade, obscurece as ligações entre esses movimentos e o Departamento de Estado dos EUA, em desrespeito à soberania de diferentes países, tais como Venezuela, Cuba, Brasil, Equador, Egito, China, Rússia, dentre outros.¹⁸ Implicitamente, tais países são citados, pelo Movements.org, como “sociedades fechadas”, nas quais “ditadores e violadores de direitos não medem esforços para silenciar a livre expressão, limitar a livre associação e restringir direitos fundamentais”; ou como “sociedades mais abertas”, em que são gastos “milhões para convencer a todos que eles não estão censurando, prendendo e torturando seus opositores internos”.¹⁹

¹⁵ Scott Goodstein e Ben Self, dois estrategistas da campanha de Obama, foram contratados pelo PT como consultores de campanha online do comitê de Dilma Rousseff, nas eleições de 2010. Ver <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/06/camara-aprova-convite-a-gurus-de-obama-para-esclarecer-dilma.html> (acessado em 1 de julho de 2013)

¹⁶ Segundo o próprio sítio eletrônico da organização, ela é patrocinada por Howcast, Edelman, Google, MTV, MeetUp, Pepsi, CBSNEWS, Mobile Accord, YouTube, Facebook, MSNBC e National Geographic.

¹⁷ É importante ressaltar que, no original, a expressão “canalizar o poder das pessoas” aparece como “*harness the power of people*”, que pode ser traduzida de diferentes maneiras. Quando empregado como substantivo, o termo “*harness*” tem o significado de “arreio”; portanto, acreditamos que expressões como “controlar”, “orientar” ou “canalizar” são mais adequadas para expressar em português o sentido do texto (assim como os objetivos da própria organização). Ver o original em <http://www.movements.org/pages/about/> - acessado em 30/06/2013.

¹⁸ Ver em <http://www.movements.org/case-study> - acessado em 30/06/2013.

¹⁹ Ver o original em <http://www.movements.org/pages/about/> - acessado em 30/06/2013.

O desmascaramento dos interesses de classe do Movements.org, eclipsados pelas nobres bandeiras da “liberdade” e da “democracia”, passa pela desconstrução das concepções liberais de Estado e sociedade civil, subjacentes ao seu discurso. Prosseguiremos com essa desconstrução, que constitui um dos eixos centrais do pensamento marxista.

Desconstruindo o ativismo imperialista

Embora Marx não tenha formulado uma Teoria do Estado, ela transparece ao longo do desenvolvimento de sua análise do capital. Já em 1848, no Manifesto Comunista (MARX e ENGELS, 2010), é desmascarada a aparente fratura entre “público” e “privado”, supostamente ocorrida com o capitalismo. Marx salienta o caráter de classe do Estado burguês, criticando tanto a concepção jusnaturalista liberal – na qual o Estado aparece como um ser autônomo, que “organiza” a sociedade e é *sujeito* da concertação social – quanto a visão hegeliana, que pressupunha no Estado o *locus* da ação universalista, contraposta aos particularismos que caracterizariam a sociedade civil burguesa. A concepção de Estado apresentada no Manifesto Comunista se complexifica posteriormente, em *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2008), quando Marx analisa uma conjuntura histórica específica e concreta: a luta de classes na França de meados do século XIX, que desemboca no golpe de Estado de Luís Bonaparte, em 1852. Neste texto, Marx explicita as *determinações* existentes entre as disputas políticas no âmbito do Estado e os interesses políticos e econômicos das frações de classe, a que essas disputas se referem.²⁰

Em Gramsci, a concepção marxista de Estado e sociedade civil atinge nova complexidade, correspondente às transformações ocorridas nos países mais desenvolvidos da Europa. Se em Marx a sociedade civil burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) correspondia ao conjunto das relações sócio-econômicas, nas quais se assentam os interesses individuais e a dominação do capital, em Gramsci o conceito de sociedade civil se reveste de caráter distinto: trata-se da esfera onde a hegemonia é organizada e disputada, a partir da ação de organismos privados. Para Gramsci, a distinção entre Estado e sociedade civil é apenas metodológica; na práxis social, o Estado é “ampliado”, agregando aparelhos privados responsáveis pela articulação de projetos políticos classistas que viabilizam o controle sobre o aparato propriamente estatal. Assim, dá-se no âmbito da sociedade civil um intenso processo de luta de classes e disputa por hegemonia, no qual certas frações buscam a direção sobre

²⁰ Concordamos com Raymond Williams, que entende a questão da *determinação* em Marx como um “processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões”, resultante da ação dos indivíduos e grupos e das condições históricas de cada momento (WILLIAMS, 1979, 79-92).

os grupos aliados e o domínio sobre as frações de classe inimigas. Isso se realiza quando projetos de poder particulares são consensuados e apresentados como expressão dos interesses nacionais.

Não há, portanto, nenhuma “autonomia” ou “neutralidade” dos organismos da sociedade civil em relação ao Estado e aos projetos de poder de classe em disputa. Neste sentido, como lembra Virgínia Fontes, a denominação de certas organizações como “não-governamentais” mais confunde do que esclarece, posto que

esquece o fato de que a contraposição fundamental a governo/público é privado/empresa e, em seguida, decreta essa diferenciação unicamente por decisão nomeadora, sugerindo uma existência idealizada, apartada tanto da propriedade privada (mercados) quanto da política. (FONTES, 2010, 230)

Essa suposta e apenas aparente *despolitização* é a condição fundamental para que grupos ativistas, movimentos sociais ou partidos políticos sejam aceitos e/ou estimulados pelo capital. Na prática, ela significa a aceitação dos interesses das classes dominantes. Como salienta Fontes, não se trata de um fenômeno novo, pois vem sendo implantado no âmbito das fundações e ONG’s desde o pós-guerra, quando

os think tanks e fundações empresariais estadunidenses, acompanhados de seus congêneres europeus, estendem sua atuação pelo mundo, absorvendo grupos locais, financiando projetos, supervisionando atividades caso, no Brasil, do Cebrap e, depois, de entidades integrantes do Fórum Social Mundial, copatrocinado pela *Ford Foundation*. (FONTES, 2010, 271)

O que está subjacente a todos os movimentos ligados ao Movements.org e às conferências da Alliance of Youth Movements é uma visão liberal-burguesa de sociedade, que resulta na “domesticação” do ativismo e, no limite, na sua conversão em um instrumento de manutenção e aprofundamento da ordem do capital. O eixo central desses movimentos é o estímulo de uma “democracia” limitada e compatível com a reprodução do sistema capitalista. Para tanto, o *inimigo* a ser combatido são Estados supostamente “autoritários”, considerados de forma apartada da sociedade civil e desvinculada de interesses de classe. A sociedade civil, nesta visão, seria formada por indivíduos atomizados, apresentados como “vítimas” do autoritarismo, que eventualmente aderem “livremente” ao ativismo – mas sempre em ações de caráter fragmentado, nunca antissistêmico.

Neste ponto de nossa argumentação, é necessário lembrar que, embora o capitalismo seja um sistema mundial e esteja de fato cada vez mais integrado, isso não significa que o capital tenha se tornado totalmente apátrida. Como observa István Mészáros, “os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário” (MÉSZÁROS, 2011, 229). Isso ocorre porque as ditas empresas “multinacionais” são, na realidade, empresas nacionais

que operam em escala global. Elas se utilizam de seus Estados-nacionais para alcançar essa escala de atuação, seja por meio de financiamentos, ajuda militar, inteligência ou por transferência de tecnologia – como é o caso de empresas como a IBM ou a AT&T, que, como vimos, se valem de tecnologias desenvolvidas com recursos estatais para suplantar a concorrência de empresas rivais de outros países. Por isso, mesmo que alguns grandes oligopólios se associem a grupos de diferentes nacionalidades, permanece existindo a necessidade de manter sólidas suas bases em seus países de origem. Nas palavras de Mézsáros, “os representantes das seções mais desenvolvidas do capital compreendem que não estão em posição de dispensar a proteção oferecida por seus Estados Nacionais” (MÉSZÁROS, 2011, 230).

Por esta razão, torna-se evidente *quais* governos são considerados “autoritários” pelos movimentos associados à AYM e ao Movements.org: com raríssimas exceções, são aqueles que se contrapõem aos interesses do grande capital estadunidense, sejam por quais forem os motivos ou formas. Assim, por exemplo, não admira que o governo do ex-presidente Hugo Chávez, na Venezuela, tenha sido um dos alvos primordiais do *ativismo imperialista* promovido pelos EUA. Neste artigo, não nos propomos a uma análise do processo da Revolução Bolivariana, mas utilizaremos este caso específico para demonstrar a forma como vem agindo este novo tipo de intervenção ideológica imperialista, calcada na utilização da Internet, das empresas de mídia, do Departamento de Defesa dos EUA e de aliados locais.

PARTE 2 – LUTA DE CLASSES ON-LINE: O CASO VENEZUELANO.

Há bastante divergência entre os autores que procuram analisar o caráter do governo de Hugo Chávez. Aqui, partiremos do pressuposto que, malgrado as contradições existentes no processo, a Revolução Bolivariana representa um conjunto de lutas de caráter contra-hegemônico e, portanto, contrário aos interesses estratégicos do grande capital imperialista internacional (e do governo dos EUA, que representa esses mesmos interesses). Além disso, deve-se sempre ressaltar o fato de que a Venezuela é um dos principais exportadores de petróleo para os EUA, razão que, por si só, faz com que Washington procure desestabilizar qualquer governo venezuelano que não esteja sob seu mais estrito controle.

Ativismo imperialista versus hackerativismo na Venezuela

Na Venezuela, o *ativismo imperialista* age através da articulação entre setores da oposição e organismos internacionais especializados, aliados de Washington. Eva Golinger, autora de estudos sobre a participação da CIA na oposição à Revolução Bolivariana (ver GOLINGER, 2005), cita o exemplo da organização *No Mas Chávez*, que participara da primeira edição da *Alliance of Youth Movements* (2008). Segundo o relatório do evento, a *No Mas Chávez* foi criada pelo empresário colombiano Juan David Lacouture, e derivava de uma organização similar que atuava na Colômbia, organizando eventos pelo Facebook para protestos contra as FARC. No dia 11 de abril de 2008, a *No Mas Chávez* teria promovido um protesto simultâneo, em 25 cidades ao redor do mundo, contra “a opressão de Chávez contra seu povo” (ALLIANCE OF YOUTH MOVEMENTS, *op cit.* 2008).

Para Golinger, a partir do ano de 2009

ha habido una explosión en Venezuela en el uso de Twitter y Facebook como mecanismos de promover campañas contra el gobierno venezolano y el Presidente Chávez. Em septiembre 2009, se lanzó la campaña “No más Chávez” por Facebook, buscando crear una sensación exagerada a nivel mundial sobre la magnitud y potencial de la oposición venezolana. Últimamente, Twitter se ha convertido en un medio dominado por jóvenes venezolanos vinculados con la oposición violenta para promover matrices de opinión distorcionadas sobre la realidad en el país.(GOLINGER, 2010)

Contudo, a Internet também pode ser usada para desmascarar este tipo de intervenção imperialista. Isso ocorreu em 2012, quando o grupo hackerativista Wikileaks revelou documentos secretos da Stratfor – uma companhia de espionagem, sediada no Texas, que fornece serviços de inteligência para grandes corporações multinacionais, como Bhopal Dow Chemical Co., Lockheed Martin, Northrop Grumman e Raytheon, além de agências governamentais, incluindo o NSA, os fuzileiros navais dos EUA e a CIA. Os documentos da Stratfor, divulgados pelo Wikileaks, revelaram a rede de informantes da companhia, com atividades em todo o mundo, inclusive na Venezuela. Destacamos aqui um relatório, enviado à Stratfor por uma organização de origem sérvia (sediada em Belgrado), denominada *Center of Applied Non Violent Action & Strategies* (CANVAS).

O CANVAS surgiu de um movimento estudantil, responsável por protestos contra o governo de Slobodan Milosevic, em 2000. Após o sucesso dessas manifestações, o grupo foi procurado por ONG’s e representantes do governo dos EUA, com o propósito de criar uma organização especializada em ações globais de desestabilização política, conciliando o financiamento e a tecnologia dos EUA com a *expertise* desses estudantes.²¹ Na prática, trata-se de uma forma de “privatização” das operações de desestabilização, que usualmente eram promovidas por embaixadas ou agências governamentais de inteligência. Organizações como o CANVAS conferem

²¹ Dentre as organizações que entraram em contato com os estudantes sérvios, destacam-se a Nationam Endowment for Democracy (NED) – órgão financiado pelo Congresso dos EUA –, a Freedom House e o Internacional Republica Institute (que recebem financiamento da United States Agency for Internation Developement (USAID). Ver em <http://www.apublica.org/2012/06/revolucao-a-americana/> - acessado em 19/07/2013.

legitimidade às violações da soberania de outros países, na medida em que são realizadas por “ativistas independentes”, oriundos da “sociedade civil”, cujos *nobres* interesses invariavelmente recaem sobre valores como “liberdade” ou “direitos humanos”, apresentados sempre de forma abstrata ou descontextualizada. O CANVAS, por exemplo, se auto-define como uma ONG sem fins lucrativos, que realiza “trabalhos educativos voltados para estratégias não-violentas de resolução de conflitos”.²² Em outras palavras, através de organizações como o CANVAS, os EUA “fazem o “trabalho sujo, sem sujar as mãos”.

O relatório sobre a Venezuela, produzido pelo CANVAS em 2010, apresenta os seguintes objetivos (numa tradução livre):

Essa análise procura cobrir a Situação (I); os Pilares de Sustentação (II); as Principais Partes Interessadas da Oposição e seus aliados (III); Lista de possíveis questões na campanha (IV) da sociedade venezuelana, em face das próximas eleições parlamentares em setembro de 2010, e é baseado em Estimativa Estratégica realizada pelo CANVAS e seus parceiros venezuelanos – série de independentes, acadêmicos e institutos analisados em 2006-2009. Bem como opiniões de analistas internacionais relevantes, em janeiro de 2010. Seu objetivo é fornecer bases para um planejamento mais detalhado potencialmente realizado por atores interessados e o CANVAS.²³

O conteúdo deste documento precisa ser criticamente avaliado. Na medida em que o CANVAS é uma organização financiada por instituições conservadoras estadunidenses, seus relatórios precisam reproduzir a visão das mesmas sobre o governo Chávez (caso contrário, o próprio CANVAS perderia a confiança dessas instituições, não sendo mais financiado por elas). Assim, a objetividade necessária às funções de inteligência precisa se conciliar com uma subjetividade dada *a priori*, que reproduz o discurso da oposição venezuelana e do grande capital. O governo Chávez é apresentado como uma “democracia de fachada”, que utiliza “a maior parte dos recursos para re-assegurar a reeleição por meio do controle direto sobre o poder eleitoral, o uso de propaganda estatal e uso abusivo do aparato legal”. Além disso, o relatório repete as acusações de “censura” e “auto-censura” sofridas pelos meios de comunicação. Por outro lado, o relatório admite que Chávez conta com grande apoio popular, principalmente entre os mais pobres. Além disso, ele informa que há um elemento de “doutrinação de seguidores”, posto que os chavistas são “continuamente alimentados pela propaganda estatal, a fim de mantê-los “de prontidão para agir – inclusive com ações físicas contra os grupos opositoristas”.

²² Mais informações sobre o CANVAS – incluindo a relação de seus parceiros e colaboradores, como a Freedom House, o International Republican Institute, a Albert Einstein Institution, dentre outros – podem ser vistos numa apresentação da organização, em *slides*, divulgada pelo Wikileaks em 2012. Ver em http://wikileaks.org/gifiles/docs/5514676_canvas-introduction-.html - acessado em 02/08/2013.

²³ O documento pode ser acessado no site do Wikileaks, em: http://wikileaks.org/gifiles/docs/1116441_insight-venezuela-canvas-ramping-up-.html - acessado em 2 de agosto de 2013. No decorrer do texto, todas as citações do documento referem-se a esta referência, em tradução livre.

A partir dessa leitura, o CANVAS traça sua estratégia na crítica à “concentração de poderes” supostamente ocorrida no governo Chávez, que seria identificada pela maior parte da população como “importante” ou “muito importante”. Vários aparelhos privados da sociedade civil venezuelana são apontados como possíveis aliados na campanha contra Chávez: a mídia; sindicatos e associações profissionais (o relatório cita especificamente “jornalistas, médicos, engenheiros e advogados”); a Fedecamaras (a mais importante federação empresarial da Venezuela); o Rotary Club; comunidades ligadas aos esportes (sendo citados “jogadores de beisebol nos EUA” e a “FIFA”); Igreja Católica; dentre outros. O documento cita também “proeminentes indivíduos” que poderiam servir aos propósitos da organização, como Henrique Capriles Ransonski – jovem político de direita que viria a se tornar a principal liderança política da oposição venezuelana.

Contudo, as organizações que recebem maior atenção no relatório são os movimentos estudantis conservadores, organizados principalmente a partir da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB). Isso não ocorre por acaso: o *ativismo imperialista* atua principalmente entre jovens, mais habituados a utilizar as redes sociais da Internet para suas manifestações. No caso da Venezuela, algumas das principais organizações estudantis oposicionistas participaram da *Alliance of Youth Movements*, como o *Proyecto Latytud*²⁴, o *Movimiento Joven de Venezuela*²⁵, e o *Um Mundo Sin Mordaza*²⁶. A partir dessas organizações, se conformou o *Manos Blancas* – um movimento estudantil unificado contra o governo Chávez, criado por três lideranças estudantis oriundas da UCAB: Yon Goicochea, Geraldine Álvarez e Rafael Delgado.

O relatório do CANVAS apresenta os movimentos estudantis como a principal força política de oposição ao governo, em 2010. Os partidos oposicionistas, ao contrário, são apresentados como “fracos”, “desarticulados”, “sem ideias e credibilidade” e, segundo o relatório, identificados pela população como representantes dos interesses das “ex-elites econômicas”. Por isso, para o CANVAS, haveria “espaço para novas idéias e movimentos políticos”, mas desde que se encontrem caminhos para superar a falta de unidade desses partidos, que “trabalham para seus próprios

²⁴ Movimento estudantil conservador, oriundo da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) e liderado pela estudante Geraldine Alvarez. O Proyecto Latytud surgiu após a não renovação, pelo governo Chávez, da concessão pública de radiodifusão para a RCTV – emissora de televisão que participara ativamente do golpe de abril de 2002. Segundo o relatório da AYM (2009), o Proyecto Latytud é um movimento social “preocupado em promover o ativismo na Venezuela”; seu foco é a criação de “redes globais conectando lideranças da juventude em luta pela democracia e Direitos Humanos” (ver em ALLIANCE OF YOUTH MOVEMENTS, *Summit 2009*, Mexico City, Howcast, 2009).

²⁵ Movimento estudantil organizado para se contrapor ao referendo constitucional de 2007, que fora convocado por Hugo Chávez para realizar modificações na Constituição do país. O surpreendente revés nesse referendo foi a única derrota eleitoral de Chávez, em todo o período em que esteve à frente da Revolução Bolivariana. Em grande parte, essa derrota pode ser atribuída à importância dessa organização estudantil conservadora, liderada pelo estudante de direito Yon Goicochea – que, assim como Geraldine Alvarez, também surgiu como liderança estudantil nos protestos contra a não renovação da concessão pública de radiodifusão à RCTV. (ver em ALLIANCE OF YOUTH MOVEMENTS, *op cit*, 2009)

²⁶ Outro movimento liderado por um ex-líder estudantil da Universidade Católica Andrés Bello, Rodrigo Diamante, que se formou em economia. No dia 25 de junho de 2009, através de redes sociais, o movimento articulou uma manifestação global, em diversas cidades pelo mundo, em protesto contra a “censura da imprensa” promovida pelo governo Chávez. (ver em ALLIANCE OF YOUTH MOVEMENTS, *op cit*, 2009).

interesses” e atuam em “muitas linhas”. Por isso, a chave para influenciar os resultados das eleições parlamentares de 2010 residiria na seguinte questão:

Se os grupos estudantis ou outros “atores não formais” são capazes de construir sua infraestrutura e explorar sua legitimidade; trabalhar numa coalizão mais ampla entre si; criar e desenvolver, com seus parceiros, uma estratégia sólida para as eleições; desenvolver uma cooperação com proeminentes líderes da oposição para pressionar os partidos oposicionistas a se unir nas próximas eleições; continuar mobilizando a campanha “Saia para Votar”, bem sucedida em monitorar e relatar os resultados do último referendo; e mobilizar pessoas para defender os resultados eleitorais, em caso de fraude por parte do regime.

De fato, boa parte dessas expectativas foi alcançada nos anos seguintes. Nas eleições presidenciais de 2012, a oposição venezuelana se uniu em torno de um único candidato: Henrique Capriles Randonski, do partido *Primero Justicia*. Faltam pesquisas mais sólidas sobre a forma como as divergências entre os partidos de oposição – e entre os interesses de classe a que estes se referem – foram solucionadas. Mas o fato é que a estratégia proposta pelo CANVAS se concretizou, e os resultados das últimas eleições presidenciais de 2012 e 2013 (esta convocada após a morte de Chávez) mostram claramente uma migração de votos para a oposição (não só de eleitores que antes se abstinham, como também de outros que votavam por Chávez e que, com sua morte, passaram a votar na oposição).

As análises sobre essa mudança na correlação de forças políticas da Venezuela ainda estão por se consolidar. A nosso ver, a Revolução Bolivariana ocorre nos marcos de um país de tipo *occidental*, com consolidadas instituições burguesas de participação política e aparelhos privados de hegemonia bem organizados na sociedade civil. De sorte que, ao contrário de outras revoluções do passado, a Revolução Bolivariana não se volta contra um regime abertamente despótico, mas contra instituições da democracia liberal revestidas de certa legitimidade – que, em outros processos revolucionários, eram inexistentes e constituíam objeto de luta. A estratégia dos setores oposicionistas consiste em defender a todo custo as instituições liberais, insistentemente apresentadas de forma desvinculada de interesses de classe. Dessa maneira, confere-se legitimidade às ações desestabilizadoras da mídia, dos setores empresariais e do *ativismo imperialista*, e se mascara a influência dos EUA nos protestos de rua da oposição e no uso estratégico da Internet.

Portanto, as dificuldades inerentes ao processo bolivariano precisam ser compreendidas à luz do processo de luta de classes. As contradições da proposta e os possíveis *erros* estratégicos dos próprios revolucionários (sejam membros do governo ou de movimentos sociais) constituem *parte* da análise; é preciso também avaliar as dificuldades impostas pela conjuntura histórica e pela ação dos grupos dominantes, sejam internos ou externos.

CONCLUSÃO

Para o hackerativista Julian Assange, “nossas sociedades estão tão intimamente fundidas pela internet que ela se tornou um sistema nervoso de nossa civilização, que atravessa desde as corporações até os governos, desde os casais até os jornalistas e os ativistas”.²⁷ Nossa dependência em relação à Internet acabou por dar um poder muito grande aos grupos capazes de monitorar e armazenar, em grande escala, os fluxos de dados que transitam pela Rede. Ainda é difícil dimensionar as consequências dessa nova realidade. Quanto mais a Internet se difunde, mais seu sistema de controle e vigilância tende a se tornar global e total; não se trata só da expansão da rede pelo mundo (que já atinge praticamente todos os países industrializados), mas também da sinergia que se estabelece entre diferentes tecnologias: automóveis, eletrodomésticos, sistemas de trânsito, câmeras de vigilância, sistemas de telefonia e comunicação, transações bancárias e/ou comerciais, sistemas de GPS, satélites, sistemas militares de defesa e/ou segurança pública, etc. Através da Internet, tudo passa a funcionar como um único organismo extremamente complexo.

Em meio ao aparente caos que se estabelece, algoritmos cada vez mais poderosos são capazes de encontrar padrões, cruzar informações e tornar os dados inteligíveis e manipuláveis. Vale lembrar que não se trata apenas de ter acesso a informações privadas armazenadas na rede, mas também aos registros de navegação e a todas as informações que podem ser sistematizadas a partir deles. Através do acesso a esses registros, por exemplo, é possível saber no que um indivíduo (ou grupo de indivíduos) estava pensando em um dia específico, avaliando os endereços eletrônicos que ele estava acessando naquele momento. É possível acompanhar a evolução de suas visões políticas, seus interesses, suas dúvidas e suas certezas; é possível até conhecer sua posição geográfica. Trata-se de um tipo de espionagem que transcende todas as possibilidades anteriores de vigilância que os Estados sempre exerceram sobre os indivíduos.

Toda a sociedade é afetada, e em múltiplos níveis. Desde o indivíduo, isoladamente considerado, até aparelhos privados da sociedade civil, movimentos sociais, partidos políticos, governos e mesmo certas frações dependentes da burguesia (já que as próprias empresas também podem ser espionadas); tudo é exposto aos mecanismos de controle e vigilância. A tal ponto que, acreditamos, a própria dinâmica do mercado capitalista se modifica: na medida em que algumas empresas monopolistas tem acesso a dados privados proporcionados por seus governos, informações privilegiadas podem ser usadas na hora de fechar negócios ou na compra e venda de ações em bolsas de valores, por exemplo. Assim, o caráter *politico* das relações econômicas e da propriedade capitalista revela-se em sua plenitude, e a “livre concorrência” – um dos pilares do discurso liberal – é desmascarada pela própria elite orgânica do capital, caindo por terra diante dos olhos de todos.

²⁷ Ver em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21646 – acessado em 8 de agosto de 2013.

Mesmo no nível de Estado, os esforços para impedir as ameaças que analisamos aqui tem se demonstrado inúteis.

Muitos governos e militares latino-americanos protegem seus segredos com hardware criptográfico. Esses hardwares e softwares embaralham as mensagens, desembaralhando-as quando chegam a seu destino. Os governos os compram para proteger seus segredos (...) Mas as empresas que vendem esses dispendiosos dispositivos possuem vínculos estreitos com a comunidade de inteligência norte-americana. Seus CEOs e funcionários seniores são matemáticos e engenheiros da NSA, capitalizando as invenções que criaram para o Estado de vigilância. Com frequência seus dispositivos são deliberadamente falhos: falhos com um propósito. Não importa quem os está utilizando ou como – os órgãos de inteligência norte-americanos são capazes de decodificar o sinal e ler as mensagens. (ASSANGE, 2013, 18)

Mas não tratamos apenas de mecanismos de espionagem; analisamos também a utilização da Internet como palco de lutas de classe e como plataforma para o surgimento de formas extremamente sofisticadas de fabricação de consensos e disputa pela hegemonia. Por um lado, a Internet trouxe novas formas de comunicação, de troca de informações, que são mais democráticas do que as que existiam anteriormente; além disso, suas redes sociais facilitam a mobilização dos trabalhadores e a organização de aparelhos privados de contra-hegemonia. Mas, por outro lado, assistimos atualmente, na Internet, o surgimento de sistemas globais de intervenção das elites orgânicas do capital, que utilizam a rede de forma organizada, com muito mais recursos e acesso a mecanismos de controle e espionagem. A influência desses sistemas é eclipsada pela aparente “espontaneidade” e “independência” dos grupos associados a eles. Mas, por trás da multiplicidade de atores e grupos organizados, forja-se um discurso centralizado, unívoco e totalitário, pois pretende imprimir a todas as manifestações da vida apenas uma única lógica, uma única visão de mundo, que é aquela que se adequa aos imperativos fundamentais do capital. Em outras palavras, frente a multiplicidade das formas de utilização contra-hegemônica da Internet, contrapõe-se sistemas centralizados e globais de ação dos grupos hegemônicos.

A influência dos grandes aparelhos privados de hegemonia globais torna-se mais *fluida*, mais capilar e mais difícil de ser percebida. As novas gerações são particularmente suscetíveis à ação dessas novas formas de fabricação de consensos, dada sua aceitação e uso quase imediato das novas tecnologias. Assim, tornam-se o alvo preferencial do capital, que age no sentido de esvaziar qualquer conteúdo classista nos movimentos organizados através das redes sociais digitais; em seu lugar, estimula-se um ativismo juvenil estéril, conformista, que não questiona as verdadeiras causas da opressão sobre os indivíduos e povos do mundo. E, ao mesmo tempo em que outros Estados passam a desenvolver formas semelhantes de intervenção na Grande Rede, o discurso hegemônico se expande, e os mecanismos e órgãos de controle ficam mais poderosos e complexos.

Mas não se trata de um beco sem-saída. Se a privacidade dos indivíduos é violada, os “segredos de Estado” são também cada vez mais expostos por *hackers*, que também desenvolvem

formas globais e organizadas de ação. Como vimos neste trabalho, o próprio *ativismo imperialista* pode ser denunciado e, dessa maneira, contra-atacado por movimentos sociais contra-hegemônicos. Assim, da própria luta de classes estabelecida na Internet despontam as possíveis soluções para os dilemas que tratamos aqui.

Buscamos proteger a liberdade individual da tirania do Estado, e a criptografia foi a nossa arma secreta. (...) Criando nosso próprio software contra o Estado e disseminando-o amplamente, liberamos e democratizamos a criptografia, em uma luta verdadeiramente revolucionária, travada nas fronteiras da nova internet. (...) A criptografia pode proteger tanto as liberdades civis individuais como a soberania e a independência de países inteiros, a solidariedade entre grupos com uma causa em comum e o projeto de emancipação global. Ela pode ser utilizada para combater não apenas a tirania do Estado sobre os indivíduos, mas a tirania do império sobre a colônia. (ASSANGE, 2013, 19)

Taticamente, a luta pela emancipação dos trabalhadores precisa fomentar um amplo debate público mundial, a respeito do controle e das garantias de privacidade no uso da Internet – debate esse que é, possivelmente, tão ou mais necessário do que aquele que se estabelece localmente, acerca da democratização dos meios de comunicação de massa tradicionais. Ao mesmo tempo, em termos estratégicos, acreditamos que não é possível debater a questão fundamental da hegemonia no capitalismo contemporâneo, sem levar em consideração as questões que levantamos aqui, referentes às formas como o imperialismo atua na internet e, especificamente, nos protestos que vem se generalizando em todo o mundo, como resposta à crise sistêmica do sociometabolismo do capital.

Mais do que nunca, estamos diante de possibilidades antes só concebidas na ficção. A luta, agora, é para que a ficção não se torne realidade.

“A ditadura perfeita terá as aparências da democracia, uma prisão sem muros na qual os prisioneiros não sonharão sequer com a fuga. Um sistema de escravatura onde, graças ao consumo e ao divertimento, os escravos terão amor a sua escravidão.” (Aldous Huxley)

BIBLIOGRAFIA:

- ASSANGE, Julian. *Cyberpunks – Liberdade e futuro da Internet*, São Paulo: Boitempo, 2013
- AZZELLINI, Dario. “Democracia Participativa y Protagónica en Venezuela: La Búsqueda de una Nueva Democracia, la Construcción de Dos Lados y los Consejos Comunales como Mecanismo de Autogobierno Local”. Tese de Doutorado em Sociologia. México: Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, 2010.
- CASTELLS, Manuel. *Comunicación y poder*. Barcelona: Alianza Editorial, 2009.
- DINIZ, Eli. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista; estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*, Rio de Janeiro: Ed. Espaço e tempo, 1987
- _____. *1964: A Conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981
- ELLNER, Steve. *Rethinking Venezuelan Politics: Class, Conflict, and the Chávez Phenomenon*. London: Lynne Rienner Publishers, 2008.
- _____; HELLINGER, Daniel (eds.). *La Política Venezolana en la Época de Chávez – Clases, Polarización y Conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*, Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010
- GOLINGER, Eva. *El Código Chávez – Descifrando la intervención de los Estados Unidos em Venezuela*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005
- GOLINGER, Eva. USAID detrás de los “Manos Blancas” IN: *Aporrea*, 11/02/2010 (retirado de <http://www.aporrea.org/ddhh/a94988.html> - acessado em 20/07/2013)
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere Vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 9 ed., 1995.
- HARNECKER, Marta. *Um homem, um povo; Hugo Chávez Frías: entrevista concedida a Marta Harnecker*, São Paulo: Expressão Popular, 2004
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.
- MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo: Martin Claret, 2008
- _____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010
- MÉSZÁROS, István. *A Crise do Capital*, São Paulo: Boitempo, 2009
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2011
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MORAES, Dênis (org). *Por uma Outra Comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003

PARKER, D. El desarrollo endógeno: ¿Camino al socialismo del siglo XXI? In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 13, n. 2, mayo-agosto, 2007, Caracas: Universidad Central de Venezuela

TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo Araújo. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*, São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. *Cadernos do cárcere Vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*, Rio de Janeiro: Zahar

Endereços eletrônicos:

Wikileaks.org

www.apublica.org

www.venezuelanalysis.com

www.movements.org

Fontes:

CANVAS Analytic Department. Analysis of the situation in Venezuela, January 2010. (DRAFT) – arquivo .docx obtido em http://wikileaks.org/gifiles/docs/1116441_insight-venezuela-canvas-ramping-up-.html

CANVAS. Who We Are – arquivo .ppt obtido em http://wikileaks.org/gifiles/docs/5514676_canvas-introduction-.html

ALLIANCE OF YOUTH MOVEMENTS, *Summit 2009*, Mexico City, Howcast, 2009

ALLIANCE OF YOUTH MOVEMENTS, *Summit 2009*, New York, Howcast, 2008